

**Impresso
Especial**

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

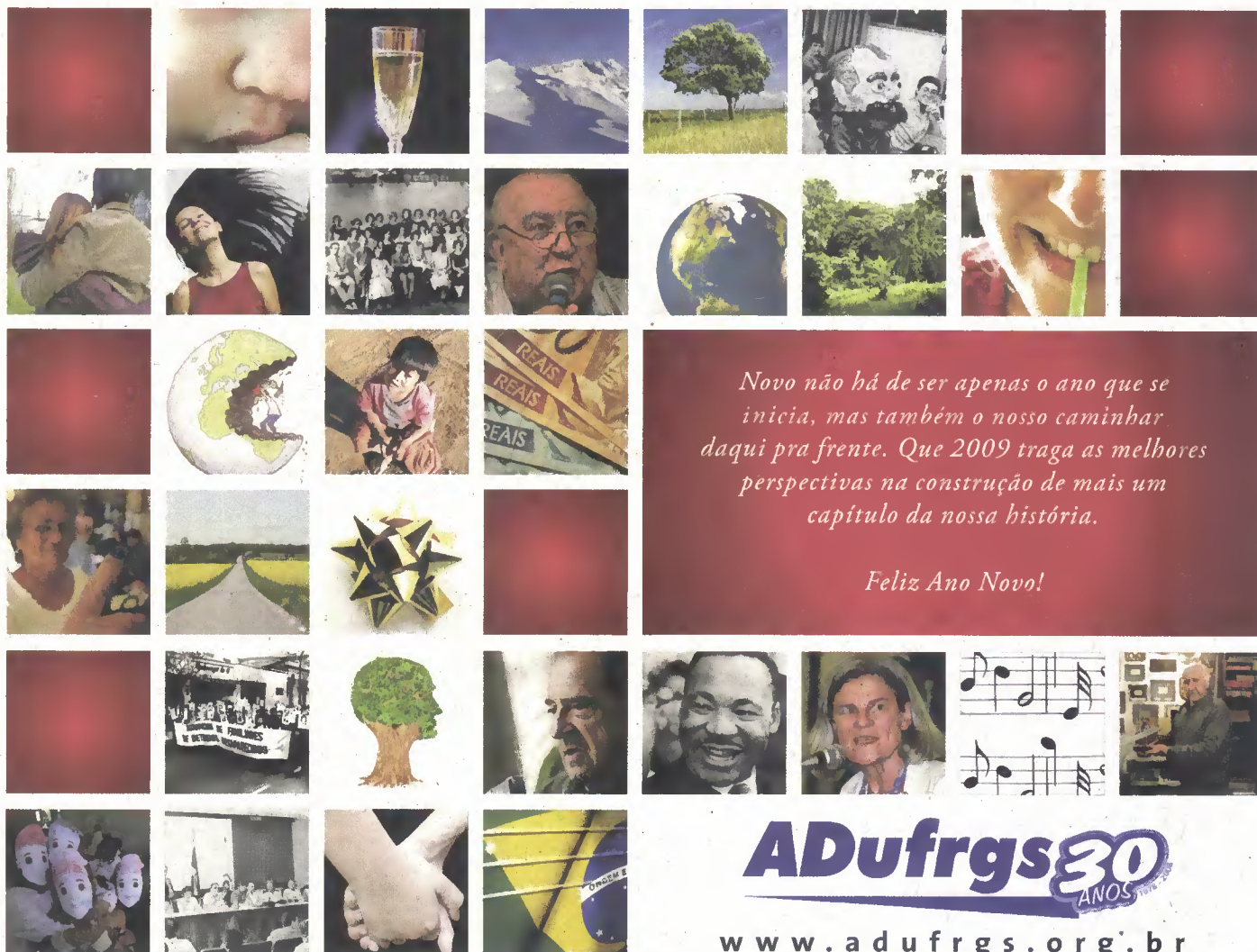
CORREIOS

ADverso

Nº 162 - Janeiro / 2009

Docentes fundam Sindicato Local

Assembléia aprova mudança estatutária da Adufrgs e transforma a entidade, fundada em 1978, em Sindicato dos Professores das Ifes de Porto Alegre. Agora, docentes da UFCSPA também poderão compor o quadro de associados.



Feliz Ano Novo!

www.adufrgs.org.br

Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br
www.adufrgs.org.br

Publicação mensal impressa
em papel *Reciclato* 90 gramas
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa
Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)

Produção e edição:

VERDEPERTO
editore

Baderna

A entidade que congrega os docentes da Ufrgs realizou no início do corrente mês uma assembléia geral extraordinária para modificação de seu regimento, com o objetivo de adequá-lo ao Código Civil e transformar a Adufrgs em sindicato, para que esta possa representar a categoria em juízo. A convocação atendeu a todos os procedimentos legais para casos dessa natureza, inclusive com a publicação do Edital com ordem do dia em jornal de grande circulação e Diário Oficial.

Logo após a instalação da assembléia, pontualmente na hora apazada, um grupo de associados provocou grande tumulto, com o evidente propósito de inviabilizar a reunião, ao argumento de não permitir o uso de procurações outorgadas a professores presentes. O que ocorreu, então, é de difícil explicação para a ampla maioria dos docentes de nossa Universidade. Os revoltosos invadiram a mesa da reunião, tentaram expulsar os dirigentes da mesma sob o pretexto de instalar outra assembléia, sem ordem do dia e sem outro propósito senão o de tumultuar.

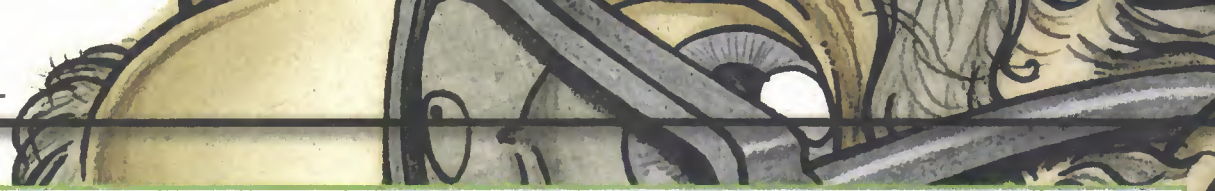
As cenas proporcionadas aos presentes são por demais in-críveis para serem descritas, especialmente se for levado em consideração que praticadas por professores universitários, alguns já de idade avançada. Poderia se afirmar que houve uma histeria coletiva, nos moldes que se verificam em cerimônias religiosas de tribos primitivas, com gritos, palavras de ordem e atitudes raiando a insanidade. Qualquer observador mais atento, não conceberia tratar-se de um encontro de professores de uma das maiores e melhores universidades brasileiras. Um espetáculo muito deprimente, em especial para aqueles que valorizam e dignificam a instituição e a carreira universitária. Nem mesmo em encontros estudantis de 1º e 2º graus se vê, nem se concebe o que foi presenciado em nossa assembléia universitária.

A grande questão que se coloca é se o modelo sindical, na sua forma de atuação mais extremada, tal como nos foi apresentado, é o pretendido para nos representar. Estaremos, então, retrocedendo ou avançando para patamares mais primitivos, incompatíveis com o grau que já alcançamos em forma de organização social. A Adufrgs repudia com veemência esta forma de atuação de alguns de seus associados, felizmente uma minoria, que parece cada vez mais desesperada diante da perspectiva de não mais poder se perpetuar em um passado. Passado este que, se já teve algum mérito, hoje representa tão somente a obsolência, tanto em organização como especialmente em gestão. Os tempos são outros e nos confiamos nessa modernidade. ▴

Diretoria da Adufrgs

ÍNDICE

- 4** **SEGURIDADE SOCIAL**
- 5** **NOTÍCIAS**
- 6** **ENTREVISTA**
Antônio de Pádua Ferreira da
Silva, 86 anos: a história vive
- 10** **VIDA NO CAMPUS**
- 12** **ARTIGO**
Ceitec – Uma reflexão
necessária
por Renato Oliveira
- 13** **CENTRAL**
Novo Movimento Docente
Professores da Ufrgs
consolidam Sindicato Local
- 16** **COLÔMBIA**
Entre o fascismo e
a democracia
- 18** **CONVÊNIOS**
- 19** **JURÍDICO**
- 20** **PRESTAÇÃO DE CONTAS**
- 21** **OBSERVATÓRIO**
- 22** **NAVEGUE**
- 23** **ORELHA**
- 24** **HIPERMÍDIA**
Praia do Guaíba e Pontal
do Estaleiro
**Qualquer semelhança é
mera coincidência?**
- 26** **+ 1**
- 27** **A HISTÓRIA DE QUEM FAZ**



PREVIDÊNCIA


Regras iguais para INSS e servidores

Diante da pressão das centrais sindicais pelo fim do fator previdenciário como fórmula de cálculo das aposentadorias, o governo já estuda a criação de um sistema mais flexível para retardar os pedidos do benefício no setor privado. A proposta prevê a aplicação das regras do regime do servidor público federal, aprovadas no primeiro mandato do presidente Lula, no regime geral da Previdência.

Os dirigentes das centrais sindicais rejeitaram a alternativa e acusaram o governo de não apresentar uma proposta concreta. Eles querem o fim do fator previdenciário, sem alteração na idade mínima para requerer a aposentadoria. “Estamos com sentimento de indignação, porque o ministro não tem qualquer proposta. Ele jogou para o Congresso toda a responsabilidade da discussão do assunto. O governo diz que quer acabar com o fator previdenciário, mas não tem proposta”, criticou o presidente do

Sindicato Nacional dos Aposentados e vice-presidente da Força Sindical, João Batista Inocentini.

A idéia no governo é adotar a “Fórmula 95”, aplicada aos servidores, que leva em conta idade e tempo de contribuição. Para o servidor ter direito à aposentadoria integral – o teto do setor privado –, a soma desses dois fatores deve chegar a 95 anos, para os homens, e 85 anos, no caso das mulheres. Cada ano a mais trabalhado é abatido da idade: em vez de ter que atingir 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, pode ter 59 anos e 36 de contribuição, chegando à mesma soma de 95. “Toda a construção que estamos fazendo desde 2003 é para que as regras do RGPS (INSS) sejam semelhantes às do regime próprio”, disse o ministro da Previdência, José Pimentel.


Hoje, o trabalhador se aposenta por tempo de contribuição (35 anos para homens e 30 anos para mulheres) ou por idade (65 para homens e 60 para mulheres). No primeiro caso, se aplica o fator previdenciário, reduzindo muito o valor do benefício. No segundo, o benefício é integral. (Fonte: O Globo) 

Idosos sobrecarregarão Previdência

Em 2040, o Brasil terá acima de 13 milhões de pessoas com 80 anos ou mais. No ano 2000, essa parcela pouco ultrapassava a marca de 1,8 milhão de habitantes. Esses são alguns dos dados que compõem o estudo Envelhecimento e dependência: desafios para a organização da proteção social, preparado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Ministério da Previdência.

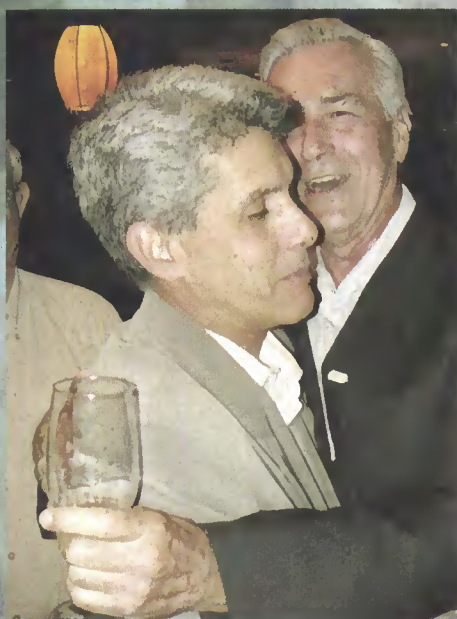
O objetivo do trabalho foi evidenciar que o Brasil tem pouco tempo para pensar nas soluções que vai adotar para sustentar o envelhecimento da população, não apenas no que se refere ao pagamento de benefícios, mas à assistência geral dos idosos no futuro. Para a Previdência, o envelhecimento representa uma equação de difícil solução, pois significa que haverá proporcionalmente menos gente trabalhando e mais pessoas dependendo da rede de proteção social oficial.

O secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer, destacou que os números divulgados ontem são a primeira radiografia sobre a situação do envelhecimento e da dependência desse público. Ainda assim, estabeleceu prazos para que comecem a ser colocadas em prática as primeiras medidas para receber o novo contingente de idosos. “Na metade da década de 2010 temos que saber qual o rumo que o Brasil quer tomar nessa área. Ou seja, sobra pouco tempo para definir qual estratégia adotar. A janela demográfica atual nos dá essa oportunidade de antecipar a demanda de políticas que vamos ter que oferecer no futuro, mas em 15, 20 anos, essa janela vai se fechar”, observou Schwarzer.

Dentre as opções já colocadas em prática, há duas vertentes. De um lado, a proteção baseada no seguro social, escolha de Alemanha, Estados Unidos e Japão. Por outro, existe a proteção baseada na garantia de benefícios e serviços não-contributivos, na qual o Estado é responsável pelas pessoas idosas dependentes como na Espanha, França, Suécia e Inglaterra. Para o secretário de Políticas de Previdência Social ainda é cedo para dizer se o Brasil deverá escolher uma dessas opções ou construir uma saída própria, genuinamente nacional. (Fonte: O Globo) 

Confraternização de Fim de Ano

Jantar reuniu quase 200 pessoas, entre associados da Adufrgs, familiares e amigos. O encontro aconteceu no dia 14 de dezembro, no Restaurante Riversides. Após o jantar houve sorteio de cestas de Natal, panetones e outros brindes. Apareceram para prestigiar a festa o reitor da Ufrgs, Carlos Alexandre Netto e a deputada federal do PCdoB, Manuela D'Ávila.



ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA DA SILVA

86 anos: a história vive

O perfil do Professor está no Livro dos Expurgos da UFRGS relançado pela Adufrgs 30 anos depois de ter sido escrito. A reportagem da Adverso foi entrevistá-lo para conhecer um pouco mais sobre esse período na Universidade. Porém, descobriu que há outros capítulos mais interessantes de sua biografia. Junto com Leonel Brizola, Pádua fundou o Partido Trabalhista Brasileiro – o PTB. Era amigo também de Alberto Pasqualini, cujo único pedido à sigla em toda a carreira política foi para que incluíssem seu nome na nominata de candidatos em 1958, ano em que Brizola foi eleito Governador do Rio Grande do Sul. “Não te importes com o voto. Essa é a oportunidade de tu apresentares a ideologia trabalhista, e não te esqueças que está na hora do nacionalismo”, ouviu da boca do senador. Também estava ao lado de Jango em Porto Alegre quando o presidente decidiu não resistir ao Golpe Militar, contrariando a vontade de Brizola e até do III Exército, que iria fornecer o armamento. “O Jango foi iluminado porque seria um derramamento de sangue”, reflete Pádua.

texto e fotos **Naira Hofmeister**

Como o senhor entrou para a política?

Foi na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Tirei Matemática. Na época, a Ufrgs chamava-se Universidade de Porto Alegre e pertencia ao Governo do Estado. Fui eu quem iniciou a campanha pela federalização, quando era presidente da União Estadual dos Estudantes, entre 1944 e 45. Já naquela época, o Estado não tinha o potencial financeiro para fazer a universidade que queríamos.

Foi no movimento estudantil que conheceu Brizola?

Sim, na Casa do Estudante começou a circular um jovem muito falante e interessado em me conhecer, diziam. Ele queria fazer uma campanha para que

os civis tivessem os mesmos benefícios que os estudantes militares, que ganhavam para estudar. Era um moço pobre, tinha sido engraxate. Até que um dia me apresentaram Leonel de Moura Brizola.

E juntos fundaram o PTB...

Eu estava ao lado dele naquele dia de 1945. Tanto que o primeiro presidente da Ala Moça foi o Brizola, o segundo, fui eu.

O senhor também conheceu Alberto Pasqualini?

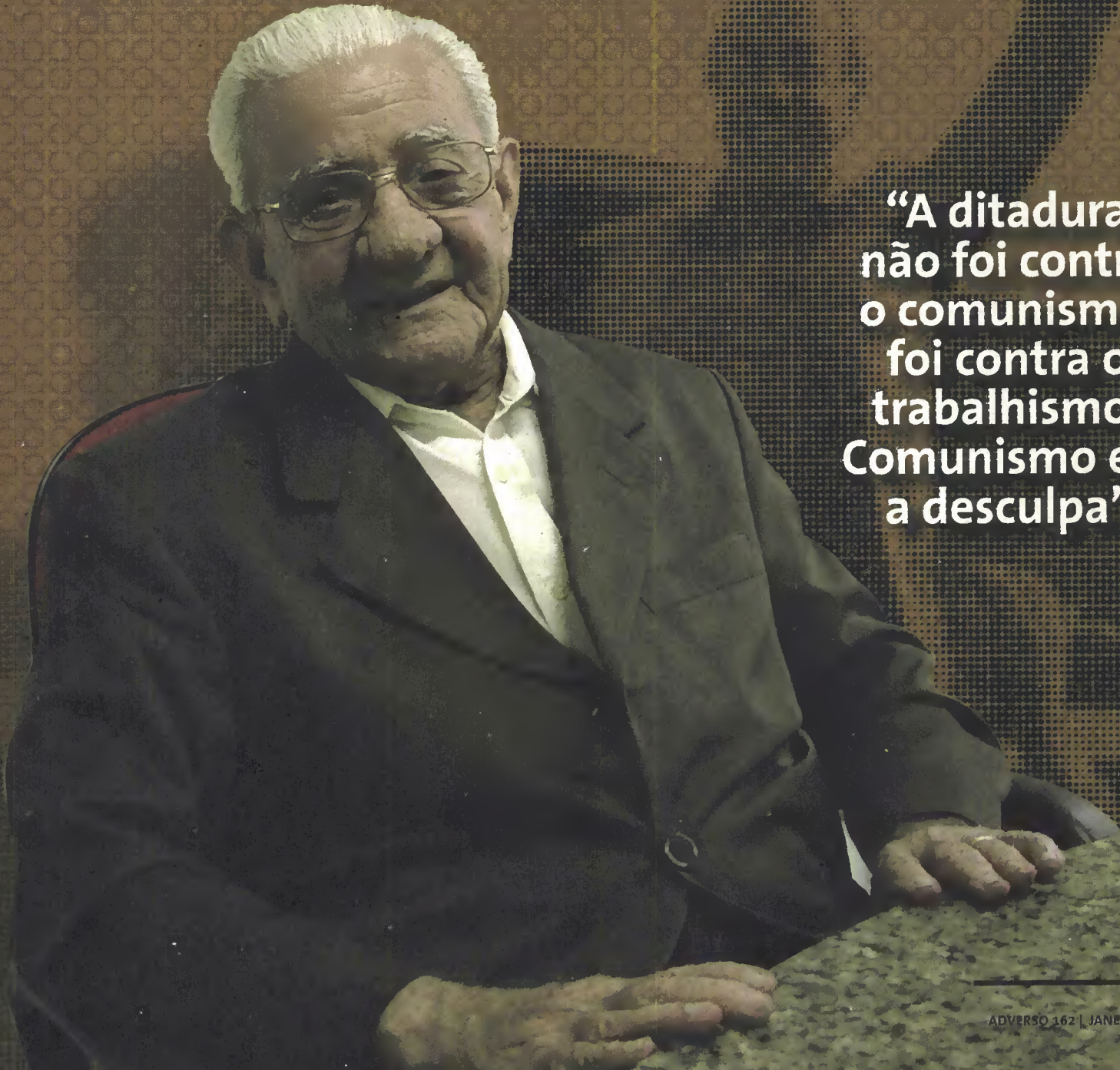
Eu era muito amigo dele, mas com 20 anos de diferença. Nos conhecemos em uma palestra na faculdade. Simpatizamos um com o outro e passei a se-

cretário particular dele. Ele não gostava muito de dirigir. Então, durante sua campanha de 1947 para governador do Estado, toda o trajeto feito de automóvel, eu que dirigi.

Ele foi o primeiro candidato ao Executivo pelo PTB?

Foi quando o partido cresceu mesmo, na eleição e 19 de janeiro de 1947. Foi a primeira depois do Estado Novo. Com a campanha do Pasqualini elegemos 23 deputados dos 55! E 16 eram da colônia: o Mincaronne, de Bento Gonçalves; o Celeste Gobbato, de Caxias... Houve um deslocamento da política, que, antes, era feita pelos fazendeiros, principalmente da fronteira.

“A ditadura não foi contra o comunismo, foi contra o trabalhismo! Comunismo era a desculpa”



Mas o Pasqualini não se elegeu.

Ele perdeu por 19 mil votos e vou te dizer por quê. Uma semana antes da eleição, o Luis Carlos Prestes esteve em Porto Alegre para fazer um comício em apoio à candidatura do Jobim, do PSD (futuro Arena). Os quatro deputados do PC somaram 30 mil votos, o que daria a vitória ao Pasqualini. O Jobim ganhou por causa do apoio dos comunistas e os meteu na cadeia, com a ida do PC para a ilegalidade, pouco tempo depois de ter assumido.

E o senhor nunca se candidatou?

Em 1958, na Convenção Estadual do PTB, quando o Brizola foi candidato a governador, descobri que o meu nome aparecia na chapa, para deputado estadual, mas ninguém tinha me consultado. Havia sido um pedido do senador Alberto Pasqualini – foi o único que ele fez em toda a sua trajetória política. Eu não tive dúvida: sai dali, fui na Varig, que era na Rua da Praia, e tirei passagem pro Rio de Janeiro. Queria saber por quê.

Descobriu?

O que Pasqualini queria não era me eleger. “Não te importes com o voto”, me disse. “Mas é a oportunidade de tu apresentares a ideologia trabalhista. E, não te esqueças, de que está na hora do nacionalismo”. Ele queria que eu difundisse os princípios trabalhistas para as bases. Então, onde é Alvorada hoje, chamava-se Passo do Feijó e era 4º distrito de Viamão. O operariado morava lá e com o apoio deles fiz 60 comitês. Durante anos e anos, sempre ficamos em primeiro lugar lá – até o golpe de 1964, porque depois mudou tudo. Lá era tudo nosso.

O senhor falava aos trabalhadores sobre nacionalismo?

Claro! Pegava dados da economia brasileira e mostrava os números: quem é que ficava com os lucros do nosso trabalho, o fruto do suor do trabalhador. Ia tudo pro

estrangeiro! Como decorrência da campanha, foram criados os dois primeiros núcleos do Movimento Nacionalista: estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas (hoje Ufrgs) e do Colégio Júlio de Castilhos. Os dois lugares onde eu lecionava...

Mas nunca teve pretensões políticas?

Em 1962 fui candidato a deputado federal. Percorri esse Estado inteirinho! E naquela época não tinha esse negócio de pedir financiamento de campanha, eu fiz com o meu dinheiro, fiquei anos pagando depois! Fiz comícios enormes e o pessoal dizia que eu seria o mais votado. Só que eu fiz 5.900 votos, ou 7.000 – não me recordo mais... Nessa época, com 12 mil, estava eleito.

“A melhor ditadura que pode haver, por melhor que seja, sempre vai ser pior do que a pior democracia”

O que houve?

Descobri que o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que era dirigido pelo general Golbery de Couto e Silva, acompanhava os comícios e oferecia dinheiro aos meus cabos eleitorais. E assim me tiraram voto que não foi brincado. Fizem tudo para conseguir a maioria deles lá no Congresso. Eu que seria

o mais votado nem me elegei...

Mas isso foi antes do Golpe de 1964.

Sim, em 1964 eu fui cassado. Fui preso na primeira leva. Aí eu não podia falar com ninguém. Se eu cruzasse contigo na Rua da Praia e trocasse alguma idéia, tu imediatamente eras chamada ao Dops (Departamento de Ordem Política e Social) para saber o que é que tinha falado comigo. Eu simplesmente evitei falar com as pessoas.

O senhor foi cassado na Ufrgs ou no Julinho?

Eu era fiscal do IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários) concursado, redator do Correio, professor no Júlio de Castilhos e nas Ciências Econômicas – além de presidente de uma cooperativa de crédito que eu havia fundado. E de repente, me cortaram tudo! Até o telefone foi grampeado!

Mandaram o senhor embora do Correio do Povo também?

Do Correio eu saí antes. Pedi ao doutor Breno Caldas para ir embora quando ajudei a fundar o Movimento Nacionalista. Nos 14 anos que trabalhei lá, nunca me disseram para não escrever a favor ou contra uma determinada coisa. Entretanto eu sabia que não podia criticar padre, militar e americano.

Os americanos?

Claro! Quem é que mantém toda a mídia no Brasil? Não são os americanos? Até a Renner – que patrocinava o Correspondente – é dos americanos agora... E eu não podia ser uma pessoa diferente lá dentro. Então o doutor Breno me deu uma licença sem vencimentos. E estou assim até hoje... tanto é que eu sou registrado como jornalista profissional no Sindicato.

O jornal trabalhista na época era a Última Hora.

A Última Hora era diferente. O

Samuel Weiner veio a Porto Alegre e falou com o Pasqualini para conseguir um chefe da sucursal que ele ia fazer aqui. Pasqualini me indicou, mas eu não tinha tempo... Achei melhor apresentar alguém que pudesse fazer o trabalho, e passei para outro colega do Correio, o Neu Reinert.

Como foi o dia 1º de abril de 1964?

Eu estava na casa do comandante do III Exército na hora em que o Jango não aceitou a sugestão de Brizola para que houvesse reação ao golpe; saiu de lá para pegar o avião para ir pro Uruguai. Ele não queria derramamento de sangue.

O senhor concordava com Brizola em resistir?

Nós estávamos teimando tanto que combinamos com o comandante que ia levar o Jango até o aeroporto e voltar para atacarmos o Palácio Piratini. Eu ia pegar o pessoal que estava na frente da Prefeitura para juntar todo mundo lá. O armamento a gente ia conseguir com o III Exército. O combinado era dar um tiro de canhão quando eles estivessem chegando. E até hoje eu estou esperando esse tiro de canhão.

O Jango não aceitou...

Hoje eu acho que o Jango tinha razão. Naquela época, eles já estavam com tudo preparado para fazer o Brasil do Norte e o Brasil do Sul. Que nem a Coréia e o Vietnã, que eles dividiram. Mas aí iríamos ter um banho de sangue para provavelmente perder. Então não compensava mesmo e o Jango foi iluminado ao resistir.

Mas com isso veio o Golpe.

A ditadura não foi contra o comunismo, foi contra o trabalhismo! Comunismo era a desculpa. Fizeram contra o Brizola e contra as reformas de base. O pessoal não tem noção do que foi a ditadura: uma coisa pavorosa. Eu não passei pela tortura porque em 1970 eles me largaram de mão e nas duas vezes que fui preso em 1964, era muito respeitado. Mas conheci muita gente que foi.

Mas o Getúlio Vargas também foi um ditador.

A melhor ditadura que pode haver, por melhor que seja, sempre vai ser pior do que a pior democracia. Ainda assim, digo que

tudo o que tem de básico no Brasil foi feito nesse período: entre 1937 e 1945. O Juscelino quando fez os 50 anos em 5, o fez baseado na estrutura montada pelo Getúlio no Estado Novo.

O senhor acha que era preciso um regime autoritário para fazer as reformas?

E nem assim... Por exemplo, o salário mínimo fazia parte das idéias do Getúlio já na Revolução de 30. Em 1936, saiu uma Constituição que falava no Salário Mínimo. Pois bem, faltava apenas a regulamentação. E sabe quando o Getúlio pôde fazer? Em 1942! E assim mesmo com a desculpa de esforço de guerra!

O senhor seguiu Brizola para o PDT?

Quando fomos registrar o PTB – depois da ditadura – fazia cinco minutos que o pedido da Iara Maria Vargas tinha entrado. Como não era possível concordar com a constituição do PTB oferecido pela Iara, o Brizola liderou a fundação do PDT (Partido Democrático Trabalhista).

Como foi escolhido o nome?


O “Democrático” foi uma sugestão do Evaristo Arns – na época, Cardeal de São Paulo. Brizola e vários companheiros, inclusive

eu, defendíamos que deveria ser Partido Democrático Trabalhista Nacionalista. Mas a maioria dizia que o nacionalismo já estava implícito no trabalhismo. E o Brizola perdeu na convenção de fundação do PDT! E depois ouco as pessoas dizem que ele era ditador, caudilho... Ele foi derrotado muitas vezes, mas sempre reagiu democraticamente.

Depois da fundação do PT o trabalhismo perdeu espaço...

Mas acho que vai voltar. A diferença entre a doutrina trabalhista e as demais é conceitual. No capitalismo, o dinheiro é o principal. O trabalho serve para conseguir capital. No trabalhismo é ao contrário: é o trabalhador que é importante e o capital, apenas um elemento, um instrumento para que haja o trabalho. É essa a diferença fundamental.

A chance veio com a crise do capitalismo?

Pode ser que não usem a palavra trabalhismo, mas a solução para essa crise não vai ser a especulação. O que devem priorizar é o trabalhador, aumentar a renda, criar um mercado interno consumidor. São quase 200 milhões de brasileiros. Isso é um mercado fabuloso. 



Pádua e seu padrinho político, Alberto Pasqualini.

Depois de 20 anos de existência do Programa Antártico Brasileiro, o mês de dezembro marca a primeira expedição verde e amarela ao continente gelado. O grupo partiu dia 19 de novembro e só retorna em janeiro. A operação é comandada pela Ufrgs, que possui a equipe com maior experiência do País, encabeçada pelo professor do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Jefferson Cardia Simões. São cinco cientistas gaúchos, dois cariocas e um chileno, levando seis toneladas de equipamento. “Nossas roupas são apropriadas para o clima de 30°C negativos”, observa Simões. Isso porque os pesquisadores não estão na Estação Comandante Ferraz, como fazem tradicionalmente os viajantes e onde a temperatura não passa de 2,5°C negativos. “Estamos trabalhando a 2400 km ao sul desse ponto, já sobre o espesso manto de gelo da Antártica”, complementa.

por Naira Hofmeister

Reveillon na Ar

A large photograph of an Antarctic landscape with a person and a tent in the background, overlaid with the title 'Reveillon na Ar'. The image shows a vast, flat, icy expanse under a pale sky. In the middle ground, a person in dark clothing stands near a dark, conical tent. The title 'Reveillon' is written in large, white, sans-serif letters across the upper half, and 'na Ar' is written in smaller, white, sans-serif letters below it.



Serão 40 dias trabalhando sobre a neve congelada que cobre o continente Antártico. Ali, a camada de gelo é tão grossa que exige treinamento especial — por isso a equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é a única habi-

litada a trabalhar dentro do continente. “A espessura média é de dois mil metros, mas há locais em que atinge cinco mil metros”, relata Jeferson Simões. É tanto gelo que se fosse espalhado pelo Brasil, cobriria todo o território nacional com uma espessura de 2.983 mil metros.

É justamente essa característica que motiva a primeira expedição que o Brasil comanda na Antártica. Na espessa camada de gelo os pesquisadores pretendem descobrir informações históricas sobre a atmosfera da região. “Perfurando a cada 150 metros podemos buscar componentes gasosos de 500 anos atrás”, revela. É o que eles chamam de testemunhos de gelo. O estudo desses fragmentos de neve congelada permite descobrir dados sobre a temperatura média, umidade e poluição antrópica

da Antártica há centenas de anos. “São mais de 50 parâmetros químicos analisados em cada amostra”.

Foi através de experimentos semelhantes que os cientistas verificaram o aumento de gases estufa. “Desde a Revolução Industrial houve um salto impressionante de CO₂ e CH₄. Esse é o resultado prático mais importante dessas pesquisas”, observa o professor. Acontece que o clima da Antártica é muito suscetível a mudanças climáticas, portanto, e onde os efeitos do aquecimento global aparecem mais explicitamente. “A influência das mudanças climáticas na Antártica é muito mais importante para o Rio Grande do Sul do que o que ocorre na Amazônia”, compara, lembrando que o território gaúcho está mais próximo do continente gelado do que de Roraima. ☺

Antártica



CEITEC

Uma reflexão necessária

Renato de Oliveira

Professor do Departamento de Sociologia do IFCH

Se for confirmado o início das operações da fábrica do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada no final de 2009, teremos um atraso de seis anos em seu cronograma original, que previa o início das operações em fins de 2003. A descrição, mínima que fosse, da evolução tecnológica do setor nesse período não caberia nas poucas linhas deste artigo. Mais do que comemorações, portanto, este atraso e a defasagem tecnológica que lhe é inerente deveriam ensejar séria reflexão.

A competência do Estado em atrair montadoras de automóveis e implantá-las (ou implantar a que se livrou das injunções políticas da época) dentro do cronograma previsto, com os atrasos toleráveis e normais para esse tipo de empreendimento, é um bom ponto de partida para essa reflexão.

A diferença não pode ser creditada a competências de governos e partidos distintos. A conclusão da fábrica da GM, para ficarmos neste exemplo, iniciada num governo do PMDB, ocorreu no governo do PT que o sucedeu, apesar do pouco entusiasmo com as iniciativas de seu antecessor neste campo. Quanto ao Ceitec, já atravessou três governos distintos desde a

assinatura do primeiro protocolo de intenções entre a Motorola e os governos estadual, federal e municipal em 2000, com todas as combinações políticas possíveis nestes três níveis de governo.

A razão dessa diferença parece ser a de que os Poderes Públicos brasileiros são competentes para mobilizar fundos financeiros e acionar suas retro-escavadeiras quando se trata de atrair investimentos em setores tradicionais da economia, de automóveis a plantações de eucaliptos. Quando se trata de atrair investimentos e viabilizar empreendimentos que fogem ao padrão costumeiro das economias dependentes, perdem-se na poeira.

Não se trata aqui de estigmatizar, a priori, quaisquer desses perfis de investimentos, mas de chamar a atenção para o desequilíbrio que esses diferentes níveis de competência produzem, que se traduz na reprodução da nossa dependência tecnológica relativamente aos países centrais da economia mundial. Reproducimos, assim, nossa condição de financiadores da inovação que se produz lá fora, financiando a tecnologia que, num segundo momento, importamos. Se fôssemos equilibrados, teríamos um caminho para a su-

peração dessa dependência, caminho este já percorrido por todos os países que, num passado recente, lograram construir uma rota para o mundo desenvolvido.

A Ufrgs realiza, praticamente há três décadas, ensaios acadêmicos com tecnologia de chips. Vários de seus pesquisadores, assim como de outras universidades do estado, realizam projetos conjuntos com universidades estrangeiras e, através destas, com empresas desse setor nos países avançados. Outros simplesmente cansaram da letargia local e transferiram-se de armas (intelectuais, no caso...) e bagagens para aqueles países. Competência acadêmica, portanto, não nos falta. Ao contrário, quanto já perdemos por problemas como o aqui apontado?

A história do Ceitec é uma crônica das nossas incongruências em gestão de projetos de desenvolvimento. Saudemos, portanto, o início efetivo de suas atividades e o esforço de sua equipe para a superação dos obstáculos que se lhe interpuseram, alguns dos quais inimagináveis. Mas, sobretudo, reflitamos: tudo se passa como se só soubéssemos realizar atividades típicas da periferia da economia mundial. ☹

NOVO MOVIMENTO DOCENTE

Professores da Ufrgs consolidam Sindicato Local

Em Assembléia histórica, no dia 3 de dezembro de 2008, docentes da Ufrgs aprovaram mudança estatutária da Adufrgs, que passa a ser o Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre (Adufrgs/Sindical). Agora, a entidade tem sua base ampliada, englobando os professores da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), antiga Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas, e outras Ifes que vierem a ser criadas na capital gaúcha. Com o status jurídico de Sindicato, a Adufrgs deixa de ser Seção Sindical da Andes – entidade nacional que não tem Registro Sindical no Ministério do Trabalho – torna-se independente e passa a ter total autonomia sobre suas decisões nos âmbitos político, jurídico e financeiro. A transformação da Adufrgs em Sindicato acompanha uma tendência nacional, chamada de Novo Movimento Docente, que começou há mais ou menos cinco anos, quando algumas Associações de Docentes passaram a questionar o papel da Andes na defesa dos interesses da categoria. Inúmeros debates levaram um grupo significativo de professores federais de todo o Brasil ao consenso de que era preciso desvincular-se da Andes – uma vez que esta havia se desviado completamente de seu papel principal – e criar seus próprios Sindicatos. Assim como a Adufrgs, outras ADs de grandes Universidades Federais já proclamaram independência, criando seus Sindicatos Locais, agora em busca do Registro Sindical. Outras tantas aprovaram em Assembléia a suspensão do repasse de verbas à Andes e colocaram em debate o desligamento da mesma. No dia 6 de setembro de 2008, em outro momento histórico do Movimento Docente, professores federais de 23 estados brasileiros fundaram o Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Federal (Proifes/Sindicato).

por Maricélia Pinheiro
fotos Naira Hofmeister



A Assembléia Geral, convocada para 15 horas do dia 3 de dezembro, foi interrompida durante duas horas e meia por um grupo de professores contrários à mudança estatutária. A manifestação dos opositores, que contou com a participação de pessoas externas à categoria, ocorreu de forma violenta e autoritária, com gritos, invasão da mesa diretora e tomada, à força, do microfone das mãos do presidente da Adufrgs, Eduardo Rolim de Oliveira. A tentativa de inviabilizar a realização da Assembléia, no entanto, não vingou, pois os diretores que estavam à mesa se mantiveram calmos, optaram por não recorrer ao serviço de segurança – contratado para garantir a integridade dos participantes e o patrimônio da Universidade – e esperaram pacientemente que a ordem fosse retomada.

Após o tumulto, os trabalhos foram retomados e a Assembléia aprovou, por 436 votos a favor e quatro contrários, a mudança estatutária proposta pela Diretoria, cumprindo os requisitos estatutários de um mínimo de 286 associados (10%) para instalação e dois terços de votos favoráveis. Com a aprovação do novo Estatuto, a Adufrgs deixa de ser uma Seção Sindical da Andes e passa a denominar-se Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre (Adufrgs/Sindical) retomando sua total autonomia e ampliando sua abrangência, uma vez que agora representa todos os professores das Ifes de Porto Alegre.

Em seguida, a Assembléia indicou, conforme o novo Estatuto, a atual Diretoria da Adufrgs como Diretoria Provisória da Adufrgs/Sindical, com mandato até maio de 2009. A Diretoria Provisória tem como prioridade dar andamento no processo de institucionalização da entidade, providenciando os registros civil e sindical da Adufrgs/Sindical. Posteriormente, irá convocar eleições para a nova Diretoria.

Encerrada a Assembléia Extraordinária da Adufrgs, professores da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) foram convidados a se juntar aos docentes da Ufrgs para realização da Assembléia Geral dos Professores das Ifes de Porto Alegre, que ratificou a Adufrgs/Sindical como o Sindicato de todos os docentes das Ifes do capital gaúcha.

Eduardo Rolim ressaltou que, na prática, a Adufrgs/Sindical é a continuidade absoluta da Adufrgs. “É a mesma entidade fundada em 1978, que decidiu, agora, por ampla maioria de seus associados, buscar seu caráter sindical e ampliar sua base para todos os professores das Ifes de Porto Alegre. A solicitação de Registro Sindical, junto ao Ministério do Trabalho, proporcionará à entidade combinar o caráter associativo que sempre teve com o seu papel sindical, de fato já exercido, mas agora de forma legal”, disse.

Para Elizabeth de Carvalho Castro, professora da UFCSPA, a assembléia de fundação da Adufrgs/Sindical “foi um exemplo de democracia, porque com todas as dificuldades se chegou a um consenso e criou-se um sindicato que vai lutar pelos interesses dos professores federais”. Segundo ela,

desde 2001, os docentes da UFCSPA – na época Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCM-PA) – vinham sondando, junto à Adufrgs, a possibilidade de se filiarem à mesma. “Com a criação da Adufrgs/Sindical, finalmente vamos ter nosso sindicato. Vários docentes da UFCSPA já são sindicalizados em suas profissões de origem. Temos agora que trabalhar para que se conscientizem da importância de termos um sindicato que nos represente como professores universitários”, observou. ▴



Elizabeth de Castro, da UFCSPA, elogiou a superação das dificuldades e comemorou a criação de um sindicato que vai lutar pelos interesses dos professores federais.





Mariédia Pinheiro

Professor Mauro Castro, diretor da Adufrgs, tem acompanhado todos os trabalhos da Reitoria no processo de licitação do Plano de Saúde.

Mudança estatutária não altera Plano de Saúde

Diante de algumas dúvidas relativas a planos de saúde, a Diretoria da Adufrgs informa a seus associados que a alteração estatutária, aprovada no dia 3 de dezembro de 2008, não muda em nada o contrato da Adufrgs com a Golden Cross. A Adufrgs/Sindical é a continuidade plena da Adufrgs, a mesma entidade, com o mesmo CNPJ. Isso significa que não haverá mudanças em seus engajamentos contratuais e que o Plano da Golden Cross continua no mesmo formato para os

cerca de 40 associados titulares e seus suplentes. Para os sócios que não sabem, este é um contrato que a Adufrgs mantém há aproximadamente 20 anos, mas que está fechado para adesões há bastante tempo.

Com relação ao ressarcimento autorizado pelo Governo Federal, a Adufrgs – que vem se reunindo freqüentemente com a Reitoria para debater o assunto – esclarece que os professores receberão os valores referentes a 2008, já pagos aos técnico-administrativos. Vale ressaltar que o ressarcimento só vale se o servidor adotar o modelo escolhido pela instituição. Não será possível, por exemplo, o órgão ter um contrato (como deverá ser o caso da Ufrgs) e o servidor pleitear o ressarcimento para um outro Plano (como é o caso do Convênio Adufrgs-Golden Cross). Mas isso só entrará em vigor quando a Ufrgs tiver o seu Plano nos moldes da Portaria que define os modelos de atenção à Saúde Suplementar que devem ser adotados pelos órgãos públicos. Importante não confundir com Plano Ufrgs-Unimed, que é anterior e não atende às exigências da Portaria.

Os docentes que tiverem o Plano da Ufrgs-Unimed não terão que prestar nenhuma informação para receber o ressarcimento. Os que estiverem no Plano Adufrgs-Golden Cross terão suas comprovações de adesão ao Plano, prestadas diretamente pela Adufrgs. Os demais terão que comprovar sua adesão a algum Plano. De qualquer forma, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp) informará sobre os procedimentos necessários, assim que houver a disponibilidade dos recursos.

O atual Plano da Unimed vence em julho de 2009 e não poderá ser renovado. Até o final do ano, segundo a Progesp, será realizado um pregão eletrônico para escolher a operadora. De acordo com o pró-reitor de Gestão de Pessoas, Maurício Viegas da Silva, a média de idade dos servidores ativos é de 49 anos. Incluídos aposentados e pensionistas, sobe para 62. Por essa razão, a comissão que elaborou o Edital definiu que o Plano a ser contratado deverá ter uma faixa etária única, e não 10, como querem as operadoras, quando os mais jovens pagariam pouco, e os idosos passariam a pagar muito mais do que hoje.

A Adufrgs reafirma sua posição de acompanhar o processo até o fim da licitação para depois tomar as providências necessárias no sentido de atender os interesses de seus associados. Incluindo a contratação de um Plano de Saúde pelo sindicato, caso a maioria entenda que o Plano contratado pela Ufrgs não atende às necessidades dos professores. ☺

COLÔMBIA

Entre o fascismo e a democracia



Na edição passada, publicamos depoimento do jornalista Leonardo Wexell Severo sobre a conjuntura política atual na Bolívia. Agora, na tentativa de trazer mais informações aos leitores da Adverso, além do que é dito na mídia, divulgamos o relato do professor Félix González *, colombiano radicado no Brasil, militante político e um dos fundadores do Comitê de Solidariedade ao Povo Colombiano. No texto abaixo, parte de sua fala no painel “Fronteiras Ardentes: conflitos na Bolívia, Colômbia e Venezuela”, ele conta detalhes da guerra atual entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) que não chegam ao conhecimento do grande público. Para González, é de suma importância a existência de canais alternativos de informação, uma vez que os convencionais costumam mostrar apenas um lado dos fatos.

texto e fotos Maricélia Pinheiro

Supressão da liberdade

“A Colômbia costuma se vangloriar que foi o único país da América do Sul que não teve uma ditadura militar, mas até hoje vive em estado de sítio. Tirar liberdade e permitir prisões sem ordens judiciais é ditadura. O governo de Álvaro Uribe estabeleceu uma política chamada de segurança democrática, que na verdade significa manter a situação e cuidar para que o inimigo interno não faça nada. E o inimigo interno é qualquer pessoa que seja contra a política de Uribe.

Existem várias queixas contra Uribe por parte de ONGs, comitês de Direitos Humanos, partidos políticos, cujos membros são taxados de terroristas e têm sido alvos de assassinatos. Nos últimos 10 anos, 2.500 sindicalistas foram assassinados na Colômbia. No último ano diminuiu a quantidade de sindicalistas assassinados. Mas na verdade, diminuiu por subtração de matéria, porque as pessoas não se sindicalizam mais por medo.

Os grupos paramilitares mais organizados surgiram para combater a guerrilha. Quando governador de Antioquia, Uribe não só apoiou como deu suporte financeiro e de infraestrutura a grupos paramilitares que tinham inclusive personalidade jurídica: chamavam-se cooperativas de autodefesa. Muitos colombianos que moram no Brasil acham que falar mal de Uribe é incitar o ódio. Mas temos que ver o outro lado da moeda. E o outro lado da moeda mostra que entre 2002 e 2007 houve aproximadamente mil execuções extrajudiciais. São pessoas pegas à força, que desaparecem e aparecem mortas dias depois com o uniforme da guerrilha. E dizem que foram guerrilheiros mortos em combate. Tudo isso para mostrar resultados. Realmente os re-

sultados de combate à guerrilha estão sendo medidos em litros de sangue, derramados pela população. Ou seja, a guerra de Uribe não é contra a guerrilha, é contra o povo, porque a guerrilha continua intacta, apesar de algumas perdas”

O início do conflito

“Durante muitos anos, se revezaram no poder liberais e conservadores. Na verdade a burguesia é a mesma, só muda a cor da bandeira. Dominam os meios de comunicação, tudo. A primeira figura que surgiu diferente disso tudo foi Jorge Gáitan, dissidente do partido liberal, um advogado que tinha grande capacidade de discursar e dialogar com o povo. Mas liberais e conservadores viram perigo nele, porque mobilizava a população. Assassinar Gáitan em 1948 e com isso deram início a um processo de violência que se arrasta até hoje.

Depois do bogotoço, que praticamente destruiu Bogotá, a revolta migrou para o campo, onde começou a matança entre liberais e conservadores. Isso durou aproximadamente 10 anos, com saldo de 300 mil mortos. Ameaçados, movimentos camponeses ligados ao partido liberal, criaram guerrilhas de auto-defesa. Essa guerrilha funcionou durante alguns anos, depois as lideranças dos partidos fizeram acordo para pôr fim à violência. Mas alguns focos resistiram. Os liberais abandonaram a guerrilha, que passou a ter apoio do partido comunista. Em 1964, fundou-se então a primeira guerrilha de origem camponesa, comunista, que se chamou Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). A burguesia não aceitava a luta nas urnas. Isso gerou um aumento de militantes nos guer-

pos insurgentes. Muitos sindicalistas e líderes de movimentos sociais tiveram que aderir à luta armada, porque não tinham como fazer política livremente. Após muitas negociações de paz, criou-se a União Patriótica, uma força de partidos de esquerda para disputar as eleições. Rotulados de guerrilheiros, quase 90% de seus militantes foram assassinados. Isso não é noticiado nos meios de comunicação. O governo colombiano está sendo processado internacionalmente por crime de genocídio, por ter eliminado quase quatro mil militantes da União Patriótica.

Recordes infelizes

O resumo desses 40 anos de guerrilha é que a burguesia foi bem sucedida na sua tática, uma vez que a Colômbia é o único país onde foram assassinados candidatos à presidência da república em plena campanha política. Três foram assassinados, de esquerda logicamente. A Colômbia tem uma série de recordes mundiais infelizes: o país onde morreu o maior número de sindicalistas, jornalistas, defensores de direitos humanos. Outro recorde da Colômbia diz respeito à população de deslocados internos. É a segunda maior do mundo, só perde para o Sudão. Para se ter uma idéia, a população na Colômbia é de 44 milhões e quatro milhões de pessoas – quase 10% da população – estão sendo enxotadas”. ☹

* Félix González é membro do Comitê de Solidariedade ao Povo Colombiano e professor da Faculdade de Veterinária da Ufrgs. Nascido na Colômbia, vive há mais de 20 anos no Brasil, onde se radicou. Integrou a diretoria da Adufrgs na gestão 2000/2002.

PORTAL DA TERRA

Lazer e educação ambiental

O Sítio Portal da Terra, localizado a 34 quilômetros de Porto Alegre, no município de Viamão, oferece aos sócios da Adufrgs até 10% de desconto nas atividades de lazer, cursos e passeios ecológicos. Possui uma área de 18 hectares, com matas nativas, açudes e campos, onde vive uma grande diversidade de animais, composta pela rica avifauna da região de Itapuã e aves migratórias do Hemisfério Norte. Pomar, apiário, trilhas e observação de aves completam o conjunto de atrações.

O espaço foi idealizado por Segundo Ilton, proprietário do Portal da Terra, o espaço foi idealizado com o objetivo de oferecer à sociedade a possibilidade de usufruir uma vida com mais qualidade, através de práticas e vivências sustentáveis. Entre elas, o cultivo de alimentos de acordo com os princípios da agroecologia e permacultura. Através do Centro de Gestão e Educação Ambiental, o sítio oferece cursos e oficinas sobre os mais variados temas relacionados à preservação ambiental.

O Portal da Terra aluga seu espaço com uma infraestrutura confortável para receber grupos com exclusividade, em uma área coberta de 100 metros quadrados, com dois ambientes, ideal para a realização de cursos, reuniões, seminários, oficinas e encontros de profissionais ou familiares.

Mais informações através do site **www.portal-da-terra.com**. Reservas pelos telefones (51) 9868.3780 ou 9679-3831.



2008

Guia de Convênios

TURISMO E LAZER

ACV Turismo

Rua Frederico Mentz, 1207,
Navegantes
(51) 3374.0599
www.acvturismo.com.br

10% de desconto nos pacotes de viagem

Acqua Lokos

Parque Aquático e Temático
Estrada do Mar, km 50
Entre Arroio Teixeira e Curumim
(51) 3625.2992
www.acqua.lokos.com.br
50% de desconto

Easy Travel

Agência de Viagens e Turismo
Av. Cristóvão Colombo, 895,
Floresta
(51) 3062.3334
<http://easytravel.com.br>
Até 10% de desconto

Farol de Itapuã Turismo

Av. Nossa Senhora dos
Navegantes, 06, Itapuã
(51) 3019.7945 / 9618.0634
www.faroldeitapua.com.br
15% de desconto (exceto nas promoções)

Hotel Dall'onder

Rua Erny Hugo Dreher, 197
Rua 13 de maio, 800
Bento Gonçalves/RS
0300.1473000
www.dallonder.com.br
20% de desconto na alta temporada e 40% na baixa temporada

Laje de Pedra Hotel e Resort

Rua das Flores, 222
Canela/RS
(54) 3278.9000
www.lajedepedra.com.br

Portal da Terra

Sítio Ecológico
Viamão/RS
(51) 9679.3831
www.portal-da-terra.com
Até 10% de desconto nas atividades de lazer, cursos e passeios ecológicos

Umbu Hotel

Avenida Farrapos, 45, Floresta
(51) 3228.4355 / 3228.3850 /
0800.518897
www.umbuhotel.com
25% de desconto

Divulgação



Pagamento de férias aos docentes afastados

A Adufrgs foi vitoriosa no processo em que se pleiteia o pagamento de férias aos docentes afastados para aperfeiçoamento em instituição nacional ou estrangeira.

Desde 2003 a situação já se encontrava regularizada, por força de ordem judicial (liminar) obtida no processo. A partir de então, os afastados vêm recebendo normalmente as férias. Resta, agora, a cobrança dos prejuízos causados relativamente ao período pretérito, ou seja, de janeiro de 1998 a janeiro de 2003.

Com o intuito de iniciar a fase de cobrança de valores, a Adufrgs solicitou que a Ufrgs anexasse ao processo uma listagem com os dados dos docentes afastados para aperfeiçoamento no período acima mencionado, incluindo a dura-

ção dos afastamentos e as férias efetivamente concedidas.

A partir do fornecimento dos dados solicitados, por cautela, a Adufrgs os submeteu ao crivo dos docentes interessados. Vários se manifestaram no sentido de haver muitas incorreções nas informações prestadas pela Ufrgs. Também o cruzamento dos dados informados com as fichas financeiras de alguns docentes demonstraram a mesma incorreção.

Os beneficiários da referida ação, caso tenham interesse em dar prosseguimento à mesma, com a elaboração dos cálculos e posterior cobrança de seus créditos junto à Ufrgs, devem entrar em contato com a assessoria jurídica da Adufrgs. ☎

Atualização de aposentadorias e pensões

As alterações ocorridas na previdência pública trouxeram modificações na forma de cálculo das aposentadorias e pensões. A partir de janeiro de 2004, todos os benefícios concedidos em conformidade com a Emenda Constitucional nº 41/03, não estão mais atrelados aos vencimentos percebidos pelos servidores ativos (quebra da paridade). Isto quer dizer que se aos servidores em atividade for concedido um reajuste, este aumento não será repassado aos aposentados e pensionistas. Além disto, o reajuste do valor dos benefícios passa a depender da edição de lei específica.

Recentemente a Medida Provisória 431, de 14 de maio de 2008, reconheceu o direito à atualização de aposentadorias e pensões pelos mesmos índices do Regime Geral de

Previdência Social, e o Governo efetuou o pagamento do reajuste do ano de 2008 retroativamente (desde o mês de janeiro). Restou, entretanto, o período anterior a 2008. Os reajustes ainda devidos pelo Governo são:

- 4,53% - Portaria nº 479 (DOU de 10.5.2004);
- 6,35% - Portaria nº 822 (DOU de 12.5.2005);
- 5,01% - Portaria nº 342 (DOU de 17.8.2006);
- 3,30% - Portaria nº 142 (DOU de 12.4.2007);

O associado da Adufrgs que estiver nesta situação, e tiver interesse no ingresso da ação judicial, favor contatar a Assessoria Jurídica. ☎

Associados podem requerer juros progressivos do FGTS

Desde 2007, a Adufrgs oferece aos associados a oportunidade de requerer na Justiça os juros progressivos do FGTS. O pré-requisito básico é ter ingressado na Universidade antes de 21 de setembro de 1971 e ter feito a opção retroativa pelo FGTS após 1973. Vários professores já ajuizaram esta ação, mas ainda há muitos que podem buscar estas diferenças, que decorrem dos juros

que foram aplicados às contas de FGTS desde a opção.

A novidade boa fica por conta da recente mudança de comportamento da Caixa Econômica Federal, que passou a negociar um acordo diretamente com a Assessoria Jurídica da Adufrgs. Em todos os casos em que foi feito, o acordo se mostrou vantajoso aos professores, pois a CAIXA paga o que é devido e num prazo

bem menor do que costuma tramitar um processo.

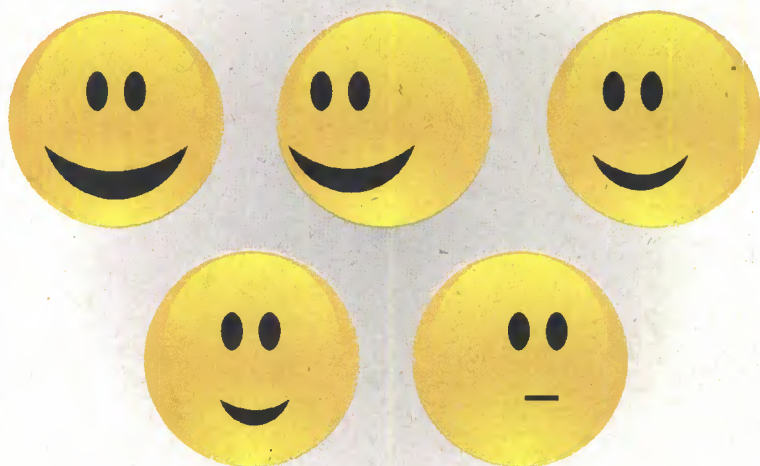
Para maiores informações, acesse a página da Adufrgs (www.adufrgs.org.br) ou o site do escritório (www.bordas.adv.br). O contato pode ser feito também através do telefone 3228.9997, de segunda à quinta-feira das 14 às 16 horas, ou pelo endereço eletrônico atendimento@bordas.adv.br. ☎

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS	
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64	
BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2008	
RUBRICAS / MESES	AGO
ATIVO	3.977.065,85
FINANCEIRO	3.738.816,30
DISPONÍVEL	1.300.311,37
CAIXA	1.595,79
BANCOS	3.186,38
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	1.295.529,20
REALIZÁVEL	2.438.504,93
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	2.389.679,60
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.389.679,60
ADIANTAMENTOS	5.645,08
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	5.645,08
OUTROS CRÉDITOS	11.289,80
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	11.289,80
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE	1.726,42
PREMIOS DE SEGURO A VENCER	1.726,42
ESTOQUES ALMOXARIFADO	30.164,03
ATLAS AMBIENTAL	30.164,03
ATIVO PERMANENTE	238.249,55
IMOBILIZADO	225.630,92
BENS IMÓVEIS	258.103,71
BENS MÓVEIS	149.383,69
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(181.856,48)
DIFERIDO	12.618,63
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENEFITÓRIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(15.878,59)
PASSIVO	3.746.610,12
PASSIVO FINANCEIRO	78.110,45
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	45.043,81
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	7.705,22
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00
CREDORES DIVERSOS	37.338,59
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	33.066,64
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	33.066,64
SALDO PATRIMONIAL	3.668.499,67
ATIVO LÍQUIDO REAL	3.304.749,88
SUPERAVIT ACUMULADO	363.749,79

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		FOLHA 2
RUBRICAS / MESES	AGO	ACUMULADO
RECEITAS	173.253,81	1.379.745,94
RECEITAS CORRENTES	134.808,57	1.083.406,12
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	134.808,57	1.083.406,12
RECEITAS PATRIMONIAIS	35.223,05	243.853,44
RECEITAS FINANCEIRAS	34.981,89	242.508,43
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	241,16	1.345,01
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	584,49	25.939,85
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	584,49	25.939,85
OUTRAS RECEITAS	2.637,70	26.546,53
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	2.637,70	26.546,52
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,01
DESPESAS	119.006,83	1.149.290,21
DESPESAS CORRENTES	119.006,83	1.149.290,21
DESPESAS COM CUSTEIO	40.613,72	293.554,99
DESPESAS COM PESSOAL	24.081,77	169.341,70
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	5.097,81	39.302,52
DESPESAS DE EXPEDIENTE	2.080,57	11.565,95
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	70,80	1.843,18
SERVIÇOS DE TERCEIROS	5.063,05	46.314,58
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	786,04	3.873,90
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.574,50	12.146,39
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	1.609,47	8.386,95
ENCARGOS FINANCEIROS	249,71	779,82
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	56.501,51	577.124,93
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	917,11	9.361,36
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00	25.448,50
DESPESAS COM VIAGENS	8.449,95	85.636,77
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	2.516,01	98.335,82
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	3.142,00	64.715,18
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	28.076,44	220.677,74
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00	14.249,56
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	13.400,00	58.700,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.891,60	278.610,29
CONTRIBUIÇÕES PARA A NDES	0,00	108.535,44
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	8.425,68	65.978,51
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	13.465,92	104.096,34
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	54.246,98	230.455,73
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	230.455,73	230.455,73
EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA		NINO H. FERREIRA DA SILVA
Presidente		Contador - CRC-RS 14.418

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS	
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64	
BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2008	
RUBRICAS / MESES	SET
ATIVO	4.038.500,84
FINANCEIRO	3.800.739,38
DISPONÍVEL	1.310.732,31
CAIXA	2.472,82
BANCOS	3.628,38
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	1.304.631,11
REALIZÁVEL	2.490.007,07
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	2.441.401,79
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.441.401,79
ADIANTAMENTOS	6.101,08
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	5.645,08
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	456,00
OUTROS CRÉDITOS	10.898,53
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	10.898,53
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE	1.553,78
PREMIOS DE SEGURO A VENCER	1.553,78
ESTOQUES ALMOXARIFADO	30.051,89
ATLAS AMBIENTAL	30.051,89
ATIVO PERMANENTE	237.761,46
IMOBILIZADO	225.323,07
BENS IMÓVEIS	258.103,71
BENS MÓVEIS	150.481,69
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(183.262,33)
DIFERIDO	12.438,39
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENEFITÓRIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(16.058,83)
PASSIVO	3.747.694,39
PASSIVO FINANCEIRO	79.194,72
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	43.052,01
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	6.884,97
OBRIGAÇÕES DE DIVERSAS	752,00
CREDORES DIVERSOS	35.415,04
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	36.142,71
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	36.142,71
SALDO PATRIMONIAL	3.668.499,67
ATIVO LÍQUIDO REAL	3.304.749,88
SUPERAVIT ACUMULADO	363.749,79

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		FOLHA 2
RUBRICAS / MESES	SET	ACUMULADO
RECEITAS	188.668,89	1.568.414,83
RECEITAS CORRENTES	134.665,08	1.218.071,20
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	134.665,08	1.218.071,20
RECEITAS PATRIMONIAIS	48.099,65	291.953,09
RECEITAS FINANCEIRAS	47.792,87	290.301,30
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	306,78	1.651,79
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	80,38	26.020,23
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	80,38	26.020,23
OUTRAS RECEITAS	5.823,78	32.370,31
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	5.823,78	32.370,30
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,01
DESPESAS	128.318,17	1.277.608,38
DESPESAS CORRENTES	128.318,17	1.277.608,38
DESPESAS COM CUSTEIO	41.457,73	335.012,72
DESPESAS COM PESSOAL	22.930,12	192.271,82
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	5.757,57	45.060,09
DESPESAS DE EXPEDIENTE	2.912,46	14.478,41
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	70,80	1.913,98
SERVIÇOS DE TERCEIROS	5.063,05	51.377,63
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	1.624,61	5.498,51
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.586,09	13.732,48
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	1.180,26	9.547,21
ENCARGOS FINANCEIROS	352,77	1.132,59
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	74.644,77	651.769,70
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	917,11	10.278,47
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00	25.448,50
DESPESAS COM VIAGENS	34.291,33	119.928,10
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	4.108,50	102.444,32
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	4.136,00	68.851,18
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	27.791,83	248.469,57
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00	14.249,56
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	3.400,00	62.100,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.215,67	290.825,96
CONTRIBUIÇÕES PARA A NDES	0,00	108.535,44
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	0,00	65.978,51
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	12.215,67	118.312,01
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	60.350,72	290.806,45
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	290.806,45	290.806,45
EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA		NINO H. FERREIRA DA SILVA
Presidente		Contador - CRC-RS 14.418



Felicidade contagia, mas não no trabalho

A felicidade é contagiante e se propaga “por ondas” dentro de círculos de amigos ou de membros de uma família, mas não entre colegas de trabalho, revela um estudo publicado pelo British Medical Journal (BMJ). Os autores da pesquisa estabeleceram que grupos de pessoas felizes e infelizes se constituem segundo critérios de proximidade social e geográfica. Por exemplo, a probabilidade de que uma pessoa seja feliz aumenta 42% se um amigo que mora a menos de 800 metros dele é feliz. Este número cai para 25% se o amigo mora a menos de 1,5 quilômetros, e continua declinando na medida que aumenta a distância.

As chances de felicidade aumentam em 8% em caso de convivência com um parceiro feliz, em 14% se um parente próximo feliz mora na vizinhança, e até em 34% em caso de vizinhos felizes. Contudo, esta tendência não se verifica no trabalho. “Os colegas de trabalho não afetam o nível de felicidade, o que faz pensar que o contexto social pode limitar a propagação de estados emocionais”, diz a pesquisa, realizada com 5.124 adultos de 21 a 70 anos, entre 1971 e 2003. “Este estudo revolucionário pode influenciar a saúde pública”, avisou o BMJ. (Fonte: www.abril.com.br)

Desmatamento na Amazônia volta a subir

A área desmatada da Amazônia somou 11.986 quilômetros quadrados entre agosto de 2007 e julho deste ano, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), uma área equivalente a quase 10 vezes o tamanho da cidade do Rio de Janeiro. Segundo o Inpe, esse número representa um aumento de 3,8% no desmatamento em comparação com o período anterior, agosto de 2006 a julho de 2007. Esta é a primeira alta de desmatamento na Amazônia desde 2005. Nos últimos três anos, o Inpe vinha registrando quedas seguidas, da ordem de 20% a 30% a cada ano. O Estado que mais desmatou nesse período foi o Pará,

com 5.180 quilômetros quadrados, seguido pelo Mato Grosso, com 3.259 quilômetros quadrados de área de floresta perdida. Embora a elevação reverta um histórico de quedas, representa um alívio em relação às previsões feitas no final do ano passado. Uma alta inesperada da área desmatada no segundo semestre de 2007 gerou estimativas de que a alta deste ano poderia chegar a 30%. (Fonte: Folha Online)

Osório ganha Escola Técnica

Desde o dia 28 de novembro, o município de Osório, a 95 quilômetros de Porto Alegre, passou a fazer parte do plano de expansão da educação profissional, com o lançamento da pedra

fundamental da unidade de ensino do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Bento Gonçalves. Já em 2009 serão oferecidas 1,2 mil vagas para cursos técnicos gratuitos de nível médio, superiores de tecnologia e licenciaturas. De abril a julho serão realizados concursos públicos para professores e técnicos administrativos e processo seletivo para estudantes. Os primeiros cursos oferecidos serão de edificações, turismo, gestão de negócios e informática, no nível médio e de jovens e adultos, exatamente por estarem de acordo com as necessidades da região. A estimativa é que até 2010, o Rio Grande do Sul passe das atuais 16 unidades de ensino para 27. No País, estão sendo construídas 214 unidades. A meta é chegar a 2010 com 354 escolas e 500 mil vagas. (Fonte: MEC)

Rede feminina

www.observatoriodamulher.org.br

O Observatório da Mulher foi fundado em outubro de 2005, por um grupo de feministas independentes que buscam resgatar e contribuir com as lutas femininas no Brasil. O *site* promove os direitos das mulheres através da produção e veiculação de informações que permitem avaliar e sugerir políticas públicas para o gênero. Há artigos sobre aborto, a imagem da mulher na mídia, sua relação com o poder. Denúncias de violência contra a mulher e tráfico para prostituição também são abordadas. O *site* também disponibiliza dicas de literatura engajada. Através do endereço também é possível ouvir a Rádio Observatório da Mulher.



www.partodoprincipio.com.br

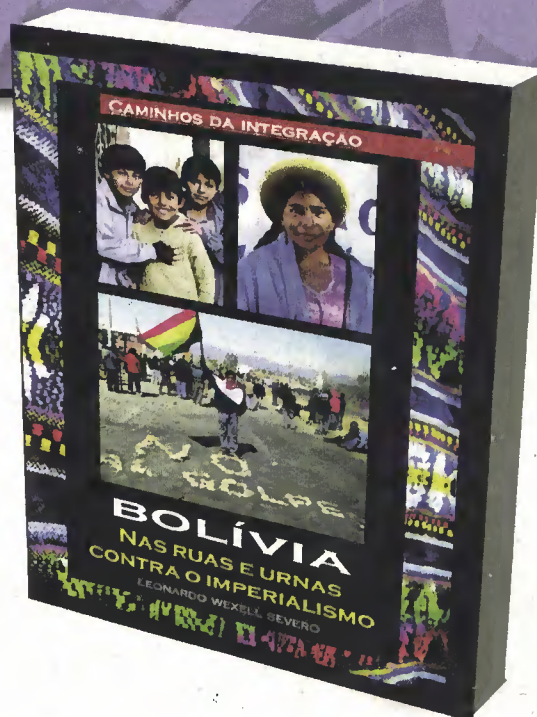
O Brasil possui altíssimos índices de cesariana: na rede pública, quase 30% dos partos são feitos através da cirurgia e na rede privada, esse número chega a 80%. São os mais altos do mundo, perdendo apenas para o Chile. A rede Parto do Princípio incentiva a retomada do protagonismo feminino nos processos de gestação, parto e pós-parto. Para isso estão disponíveis no *site* consultas sobre mitos e verdades do parto normal, relatos de mulheres que optaram por essa forma de terem seus filhos, além de dicas para manter a calma na hora do nascimento.



www.maismulheresnopoderbrasil.com.br

O *site* faz parte de uma campanha nacional para estimular a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão no Brasil. O trabalho é uma iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, que tem caráter suprapartidário e é integrado por secretarias de mulheres dos partidos políticos brasileiros.



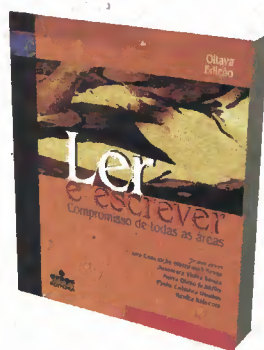


Bolívia nas ruas e urnas contra o imperialismo

Leonardo Wexell Severo
Editora Limiar
110 páginas
R\$ 18

Em sua segunda edição, este livro-reportagem traz uma compilação de matérias e entrevistas com autoridades e lideranças dos movimentos sociais, realizadas recentemente nas cidades de Tarija e La Paz pelo próprio autor. Colhidos no calor dos acontecimentos, os textos contribuem para que se possa avaliar a riqueza do processo revolucionário liderado pelo presidente Evo Morales, como a nacionalização do petróleo e do gás, a aceleração e o aprofundamento da reforma agrária, os poderosos investimentos na saúde e a prioridade dada à educação pública, que promete converter a Bolívia, ainda em 2008, em um país livre do analfabetismo. Ao mesmo tempo em que informa, o livro mostra até onde vai a manipulação e a deformação dos grandes meios de comunicação de massa, que tentam condenar à invisibilidade ações que buscam restituir dignidade aos indígenas e camponeses, as grandes maiorias historicamente privadas de direitos por uma elite antinacional, submissa ao estrangeiro.

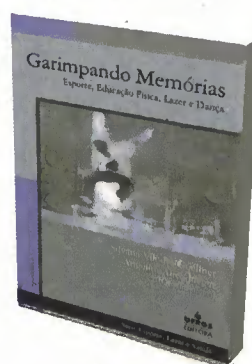
Nas melhores livrarias ou pelo www.editoralimiar.com.br
Contatos com o autor pelo boliviacontraoimperialismo@gmail.com



Ler e Escrever Compromisso de todas as áreas

Neiva Otero Schaffer
(organizadora)
Ufrgs Editora
240 páginas
R\$ 25

Uma resposta ao desafio de integração de tarefas na escola, de modo a relacionar os professores das diversas áreas e conteúdos. O acesso à leitura e à escrita deve constituir objetivo comum a todos os profissionais da escola, resguardadas estratégias diferenciadas para o desenvolvimento de cada disciplina.



Garimpendo Memórias Esporte, Educação Física, Lazer e Dança

Silvana Vilodre Goellner
(organizadora)
Ufrgs Editora
164 páginas
R\$ 22

Um livro do tempo presente, composto por uma série de artigos que abordam temas atuais do campo da educação física, ancorados em teorias emergentes. Escritos por um grupo de pesquisadores de diferentes gerações e localidades, os textos possuem em comum uma afinidade instituída pela materialidade das memórias do corpo/esporte.

PRAIA DO GUAÍBA E PONTAL DO ESTALEIRO

Qualquer semelhança é mera coincidência?

A sessão plenária da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre no dia 17 de agosto de 1988 foi tumultuada. Socos, gritos e pontapés entre seguranças e manifestantes inviabilizaram a aprovação de um projeto que previa a construção de edifícios residenciais e comerciais de 20 andares, uma marina pública e um sambódromo na beira do Guaíba. No dia seguinte, mesmo sob os protestos pacíficos da população, o arquiteto Jorge Debiaggi comemorou a vitória de sua proposta. O projeto Praia do Guaíba tramitou em regime de urgência – escapando assim da análise criteriosa das comissões técnicas da Casa. A então vereadora Jussara Cony (PCdoB) denunciou que lobistas da construção civil haviam comprado o voto de alguns dos seus colegas. Isso não é ficção e qualquer semelhança com o atual debate sobre o Pontal do Estaleiro, também não deve ser mera coincidência.

por Naira Hofmeister

Em 1988, a ideia do arquiteto e urbanista Jorge Debiaggi era fazer um grande empreendimento na orla – o complexo começaria na Usina do Gasômetro e seguiria até a Ponta do Melo, somando seis quilômetros. “Se eu não tivesse insistido, hoje não desfrutaríamos da avenida Beira-Rio”, justifica Debiaggi. O grande argumento para erguer o empreendimento era de que Porto Alegre estava de costas para o Guaíba. O trecho às margens do lago* estava abandonado e não oferecia opções de lazer à população. Como no projeto estavam incluídas as construções de uma marina e um sambódromo, além da urbanização da beira do Guaíba, dizia-se que o “Praia do Guaíba” iria devolver o rio à cidade. A lógica era que o investidor bancaria a construção completa, inclusive das partes públicas – que incluía até o saneamento de vilas próximas. Em troca, receberia 417 mil metros quadrados do espaço para a exploração privada – onde pretendia construir shopping-center, hotel e até prédios residenciais.

Ambientalistas não gostaram da ideia. “É a privatização das áreas do patrimônio público em uma das zonas mais nobres da cidade”, alertava um artigo escrito pelo então presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Celso Marques. Ao lado do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Associação dos Geógrafos e outras 60 entidades, a Agapan organizou o Movimento em Defesa dos Parques da Cidade. Seminários, palestras, entrevistas e até um abaixo-assinado foram as armas utilizadas nessa batalha. “Não permitamos que mais uma vez Porto Alegre seja agredida para beneficiar os interesses políticos e econômicos de uma minoria”, apelou o fundador da entidade, José Lutzenberger. “O cartunista Santiago fez uma charge com Collares vestido de faraó”, lembra Flávio Lewgoy, que também presidiu a Agapan.



No dia 17 de agosto, data da apreciação do projeto, manifestantes fizeram um ato na Usina do Gasômetro. Da chaminé, pendia uma faixa com 147 metros dizendo “Não ao projeto Praia do Guaíba”. Os ambientalistas foram impedidos de entrar no plenário da Câmara. “Não demorou para que invadissemos”, relembra o então vereador Caio Lustosa em seu recém lançado livro “Luta Ambiental e Cidadania” (Casa Editora). Sobraram pontapés até para alguns vereadores. O presidente da Casa não teve outra saída senão adiar a sessão. Diante da violência da tarde anterior, no dia 18 de agosto os ecologistas distribuíram crisântemos aos legisladores. O apelo não foi suficiente e o projeto virou a lei complementar 182/28.09.88. “Na ocasião, a vereadora Jussara Cony denunciou na tribuna que diversos colegas que aprovaram o projeto tinham sido subornados pelo lobby imobiliário nas próprias dependências da Câmara”, cita o artigo de Celso Marques.


Em 2008, ao deixar o plenário da Câmara depois de abraçar os vereadores que votaram a favor do Pontal do Estaleiro, Jorge Debiaggi elogiou o trabalho. “O bom senso prevaleceu”, definiu. Ele se referia ao fato de que a área em questão é privada, e que por isso a decisão sobre seu uso cabe exclusivamente ao empreendedor.

Mas apesar de ter um dono, trata-se da margem do Guaíba, região protegida não apenas pela Lei Orgânica do Município, mas pelo Código Florestal Brasileiro, que considera as orlas Áreas de Preservação Permanente. Além disso, enquanto a revisão do Plano Diretor de Porto Alegre não é concluída (começou em 2003), um decreto do Executivo garante a preservação de 134 Áreas de Interesse Cultural na cidade, incluindo toda a extensão da orla do Guaíba – entre a Usina do Gasômetro e a Ponta do Melo, que é justamente o terreno onde poderá ser construído o Pontal do Estaleiro.

A lei 470/01 determina as atividades a serem desenvolvidas no local, em consonância com o status a ele atribuído. Empreendimentos de gastronomia e cultura estão previstos no texto que, no entanto, não define a altura nem a taxa de ocupação permitida ali. Por isso o prefeito José Fogaça vetou o projeto e propôs referendo apenas para decidir se o empreendedor poderá ou não construir edifícios residenciais. O volume de área construída será determinado pelos técnicos do Planejamento, através de um Estudo de Viabilidade Urbanística. “Não concordamos que seja feito dessa forma. A decisão do povo deve ser sobre o uso geral da orla e não um pedaço específico”, critica o coordenador do Fórum de Entidades, Paulo Guarnieri, que esteve à frente dos protestos contra o Pontal. Mas o advogado do empreendedor já avisou no noticiário do jornal O Sul: não vai aguardar o veredicto popular para iniciar as obras. Ainda que a tese seja aceita pelo Executivo, o projeto deverá ser alvo dos instrumentos de verificação de impacto antes da aprovação nas pastas de Obras e Planejamento.

Há duas grandes diferenças entre as situações. Em 1988 um Abraço ao Guaíba foi convocado às vésperas da eleição municipal. “Foi a maior manifestação ecológica acontecida

em Porto Alegre: uma corrente humana com quase cinco quilômetros abraçou o Guaíba desde a Ponta do Gasômetro até o Gigante da Beira-Rio”, narra Celso Marques em seu artigo. O resultado é que quinze dos dezoito vereadores que votaram a favor do Praia do Guaíba na se reelegeram e o então prefeito, Alceu Collares (PDT) perdeu o posto para Olívio Dutra (PT). Foi o petista quem derrubou a proposta no ano seguinte.

Como a votação do Pontal do Estaleiro foi adiada quatro vezes para que pudesse ser apreciada longe do calor da eleição, pouco importou que nove dos vinte apoiadores do projeto não tenham sido reeleitos – inclusive o proponente, Alceu Brasinha (PTB). A segunda e fundamental questão é que quando o Praia do Guaíba foi aprovado em Plenário, os mesmos vereadores tinham concluído o debate sobre o Plano Diretor – a lei aprovada em 1987 permitiu dobrar as alturas dos prédios em quase todos os bairros da cidade. Para impedir distorções na lei, a própria redação prevê uma revisão periódica. A última começou em 2002 e até hoje não foi concluída. A Câmara Municipal, que está com a matéria desde setembro de 2007, não demonstrou o mesmo interesse e agilidade para tratar do assunto – a comissão especial criada para tratar do tema, por exemplo, teve inúmeras reuniões canceladas por falta de quórum. 

* Definição do Atlas Ambiental de Porto Alegre.



1988



+ 1 denúncia

Em entrevista à rádio Guaíba, o vereador Beto Moesch (PP) afirmou que alguns colegas teriam recebido propina para que o projeto fosse aprovado – 20 vereadores votaram a favor. No dia seguinte, Neusa Canabarro (PDT), falando à mesma emissora, revelou que não sabia quais parlamentares haviam recebido dinheiro: “mas sei quem não aceitou”. Matéria do Jornal do Comércio registrou o discurso do petista Guilherme Barbosa na tribuna da Câmara, na sessão do dia 13 de novembro. Ele disse que coisas estranhas aconteceram durante a votação e que vereadores foram orientados pelos empresários. No Correio do Povo, o vereador Cláudio Sebenelo (PSDB) confirmou que recebeu oferta de ajuda para sua campanha eleitoral por representantes da BM Par, uma das empresas envolvidas no projeto do Pontal. À Folha de S. Paulo, o tucano detalhou a proposta: um envelope de dinheiro chegou a ser colocado em sua mesa pelo emissário da empresa. Sebenelo recusou a oferta, por entender que não seria ético receber auxílio financeiro de alguém com interesse em um projeto importante a ser votado pela Câmara Municipal.

+ 1 diálogo

“Essa tem que derrubar”, orientou Zalmir Chwartzmann, ex-presidente do Conselho Consultivo do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon). Da plateia, ele se dirigia a um grupo de vereadores. Doutor Goulart (PTB) não respondeu. Foi quando chegou Haroldo de Souza (PMDB). Zalmir repetiu “Açamos que tem que derrubar”. Os vereadores não demonstraram muita confiança. “É? Tem?”, perguntaram. Em seguida se uniu ao grupo o proponente do PLCL 06/2008 – Alceu Brásinha (PTB). Ao lado de Chwartzmann, altos executivos da construtora Goldzstein e um diretor da empresa proprietária do terreno ataram numa conversa bem baixinha. Ao final, o representante do Sinduscon anunciou. “O pessoal acha que tem que derrubar, viu”.

Nova rodada de discussões entre os espectadores e finalmente alguém disse. “Na verdade deixa passar. É a emenda do líder do governo, pode ser importante depois para o Fogaça”. Todos concordaram e a emenda do professor Garcia foi aprovada com folga.

a história

DE QUEM FAZ

1984



Passeata durante greve da Ufrgs, a primeira que durou muito – de maio a agosto – e teve um número impressionante de adesões, tanto de professores, quanto de técnico-administrativos. Em depoimento ao historiador Benito Schmidt, no livro “Adufrgs 25 anos: história e memórias”, o professor Aron Taitelbaum considera essa greve “o auge da mobilização dos professores na Universidade”, com assembléias que lotaram o Salão de Atos da Reitoria e passeatas que reuniram mais de quatro mil pessoas. Houve corte de ponto e ameaça de demissões. Do início ao fim, a greve de 84 esteve intimamente relacionada à abertura política.

